

Narrativas “historiográfico-midiáticas” na era da pós-verdade: *Brasil Paralelo* e o revisionismo histórico para além das fake news

“*Historiographic-mediatic*” narratives in the post-truth era: *Brasil Paralelo* and the historical revisionism beyond fake news

André Bonsanto ^{a,*} 

RESUMO: Este trabalho pretende delinear uma perspectiva ampliada sobre o fenômeno das *fake news* para problematizar o ambiente (des)informativo e revisionista em curso. Partimos do pressuposto que há uma proliferação cada vez mais proeminente de narrativas – que aqui definimos como “historiográfico-midiáticas” - capazes de reconfigurar o ecossistema informacional, evidenciando a conformação de novos atores, formatos e linguagens no cenário contemporâneo. Desta forma, propomos alguns olhares interpretativos sobre a produtora de conteúdo *Brasil Paralelo*, empresa que vêm se destacando com um reconhecido protagonismo na construção de narrativas deliberadamente revisionistas sobre a história recente brasileira. Como uma estratégia de embate político, estas narrativas serão pensadas sob um viés que as tensionem para além das notícias e do jornalismo propriamente dito, nos mostrando como a noção de (pós)“verdade” está circunscrita a uma problemática que envolve questões de ordem social, política e epistemológica, responsáveis por incitar - nos espaços comuns propiciados pelos ambientes digitais – a profusão de agendas específicas e muito bem delimitadas.

Palavras-chave: Fake News; Desinformação; Pós-verdade; Revisionismo Histórico; *Brasil Paralelo*.

ABSTRACT: This paper aims to outline an expanded perspective on the phenomenon of fake news to problematize the (dis)informative and revisionist environment in progress. We assume that there is an increasingly proliferation of narratives - defined as “historiographic-mediatic” - capable of reconfiguring the informational ecosystem, through the profusion of new actors, formats and languages in the contemporary scenario. In this way, we propose some interpretive views on the content producer *Brasil Paralelo*, a company that has stood out with a recognized role in the construction of deliberately revisionist narratives about recent Brazilian history. As a political clash strategy, these narratives will be thought from a perspective that problematizes them beyond news and journalism itself, showing us how the notion of (post)“truth” is circumscribed to a problem that involves issues of social, political and epistemological order responsible for inciting - in the common spaces provided by digital environments - the profusion of specific and very delimited agendas.

Keywords: Fake News; Disinformation; Post-truth; Historical Revisionism; *Brasil Paralelo*.

^a Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: André Bonsanto. E-mail: andrebonsanto@gmail.com.

Recebido em/Received: 25/02/2021; Aprovado em/Approved: 01/06/2021.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

INTRODUÇÃO

Em meio à recente onda de análises e interpretações sobre o fenômeno da “pós-verdade” e das *fake news*, potencializada sobremaneira desde que o termo fora reconhecido como “palavra do ano” pelo dicionário de Oxford em 2016, um artigo publicado pelo pesquisador Joshua Habgood-Coote (2018) parece paradigmático para iniciar nosso debate. De acordo com o autor, as terminologias utilizadas para se referir ao cenário são inadequadas e, de antemão, já no título de seu trabalho, apresenta um posicionamento bastante enfático: “Parem de falar sobre *fake news*!”

Haveria, segundo seu argumento, três motivos principais para justificar o abandono do termo, especialmente por jornalistas e pesquisadores do tema: primeiro, porque *fake news* não teria um significado público estável, sendo sempre utilizado deliberadamente de acordo com determinado contexto e situação; segundo, porque seria um termo por si só desnecessário, uma vez que teríamos um vocabulário vasto para pensar o fenômeno da “disfunção epistêmica” oriundo da chamada era da “pós-verdade”; e, por fim, porque o termo *fake news*, com seus usos propagandísticos os mais diversos, têm comumente ajudado a legitimar políticas antidemocráticas, sendo arma e estratégia político-discursiva de certas ideologias conservadoras, revisionistas e autoritárias (Habgood-Coote, 2018). Além disso, ainda segundo o autor, o uso indiscriminado do termo acabaria por obscurecer um cenário muito mais complexo, como se antes vivêssemos um ambiente onde reinavam soberanas as “*true news*” do jornalismo profissional, a “verdadeira” democracia, uma “era de ouro” da modernidade, etc. É preciso, portanto, que saibamos ir além deste debate se quisermos problematizar os efeitos de poder que perpassam uma evidente crise epistêmica da democracia e suas instituições (Habgood-Coote, 2018).

Diante do exposto, este trabalho pretende problematizar aquilo que definimos como narrativas “historiográfico-midiáticas”, para situar um estudo maior, ainda em desenvolvimento, sobre os embates acerca do revisionismo histórico e a onda negacionista e desinformacional em curso no Brasil, direcionando um olhar que pretende ir além do jornalismo, das *fake news* e suas notícias. Pretendemos com isso ampliar um debate que se limita muitas vezes à veracidade/falsidade das informações, como se pudéssemos simplificar esta questão a uma mera dicotomia entre a verdade do “fato” e o “*fake*”. Falar de narrativas midiáticas e revisionismo histórico é perceber também que as mídias, pensadas aqui em seus mais diversos discursos, formatos e linguagens, se inserem cada vez mais nos embates para circunscrever determinadas “verdades” sobre os acontecimentos no tempo (Dias, 2019). Deste cenário, novos atores emergem na tentativa de (des)legitimar narrativas, instituições e atores até então tidas como reconhecidas e autorizadas, como o próprio jornalismo, a historiografia tradicional e a produção de conhecimento científico baseado na racionalidade da ciência empírica (Dunker, 2017; Kakutani, 2018; Rêgo e Barbosa, 2020).

Parece-nos fundamental situar a análise sob estes termos, ampliando uma perspectiva teórica e um outro olhar para o fenômeno das *fake news*, principalmente no atual contexto brasileiro, conduzido por políticas deliberadamente negacionistas e

revisonistas que se utilizam muitas vezes de estratégias de desinformação para legitimar discursos e atores tidos como marginalizados, seja com a negação/onda saudosista do período da ditadura militar, seja nas políticas ambientais, de saúde e na educação.¹ Queremos assim – em diálogo com Arendt (2009) - contribuir para uma discussão que direciona o próprio estatuto da “verdade” às arenas de legitimação simbólica, realocando-a numa perspectiva do poder e da política.

Por fim, pretendemos contextualizar este panorama analisando brevemente o caso de *Brasil Paralelo*, uma produtora de conteúdo que vêm produzindo uma série de narrativas “historiográfico-midiáticas” com claro teor revisionista, no intuito de (des)legitimar determinadas “verdades” em confronto com discursos – jornalísticos, históricos, científicos - até então tidos como hegemônicos e estabelecidos (Dias, 2019). Há nestes embates uma clara estratégia política de apropriação das ferramentas e linguagens oriundas do ambiente digital capaz de reconfigurar seus espaços e a forma como devemos encarar o fenômeno, conforme veremos logo abaixo. Não vamos parar de falar sobre *fake news*, como nos orientou Habgood-Coote (2018). É preciso apenas que, ao falar delas, saibamos problematizar uma conjuntura mais ampla que diz respeito ao jornalismo, mas que o transcende, colocando em xeque sua própria hegemonia institucional e sua autoridade historicamente estabelecida e - aparentemente - reconhecida. O objetivo não será definir o fenômeno em si, mas entender no que e a quem ele está implicado.

DAS FAKE NEWS À DESINFORMAÇÃO: A “VERDADE” COMO ESTRATÉGIA DE EMBATE POLÍTICO

Neste trabalho vamos problematizar a noção de *fake news*, - na esteira da análise de Wardle e Derakhshan (2017) -, a partir de uma perspectiva ampliada que a enxergue como um fenômeno maior da “desordem informativa” contemporânea e que, portanto, precisa ser encarada como um problema de caráter social, político e epistemológico. Desta forma, não estamos tratando apenas de “desinformação” (*dis-information*) em seu sentido estrito, como sendo aquelas informações falsas deliberadamente criadas para prejudicar determinada pessoa, grupo ou instituição social. Informações “falsas” (*fake*) também podem ser produzidas e compartilhadas de forma “errada” (*mis-information*), com dados imprecisos, mas sem a intenção direta de causar dano, bem como podem ser uma “má informação” (*mal-information*), quando em tese são baseadas em acontecimentos reais, produzidas de forma verídica, mas ainda assim utilizadas para atingir e atacar opositores e desafetos (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 04).

Devemos nos atentar não apenas ao conteúdo dessas mensagens, mas à forma - por quê, quem e como - elas foram produzidas, transmitidas e possivelmente recebidas, apreendidas e compartilhadas (Wardle; Derakhshan, 2017). Entramos assim no âmbito

¹ Estudos recentes sobre o fenômeno do “bolsonarismo”, suas estratégias discursivas e políticas revisionistas podem ser consultados em Klem, Pereira e Araújo (2020), Teles e Quinalha (2020) e Rocha (2021).

da comunicação como um ritual de crenças compartilhadas (Carey, 1989) que se dá muito mais pela partilha de um comum, de valores estéticos e experiências sensíveis, do que efetivamente no campo da realidade racional e empírica. Não falamos, portanto, apenas de notícias “falsas”, factualmente “erradas” e/ou “mentirosas”, que poderiam ser simplesmente detectadas e refutadas pelos checadores de informação da indústria jornalística. Estamos preocupados com o nível do discurso, como toda informação deve ser tratada. Discurso passível aos mais diversos jogos do poder e da manipulação, que se coloca a todo momento em cont(r)ato com o outro, ao fazer ser visto e fazer sentido (Charaudeau, 2006).

Fake news não são apenas *fake news*. Este alerta que nos deu Ciro Marcondes Filho (2019) é fundamental para reforçarmos uma vez mais como, nas palavras dele, o buraco parece estar muito mais em baixo. Há nesta amálgama (des)informativa um sintoma típico da já mencionada era da “pós-verdade”, ampliado pela profusão de novos atores nos ambientes digitais, capazes de esvaziar e deslocar a centralidade que os agentes tradicionais das mídias exerciam em nossas práticas cotidianas e formações políticas. Notícias falsas, boatos, informações enviesadas construídas para (des)legitimar determinadas causas e ideologias sempre existiram, não é algo novo dentro da prática jornalística. O que muda neste ambiente é justamente a descrença no discurso de que a suposta irrefutabilidade dos fatos, centrados em uma realidade objetiva e racional, possam ser diretamente apreendidos por agentes e instituições até então tidos como autorizados.

Um novo campo de batalha surge a partir deste desequilíbrio de fluxos (des)informativos. Se antes poderíamos falar em uma espécie de “fabricação do consenso” (Herman e Chomsky, 2002), ou até mesmo da formação de uma “sociedade unidimensional” (Marcuse, 2015) advinda do monopólio das organizações e dos discursos das mídias de massa, hoje a ocupação da “atmosfera mediática” (Marcondes Filho, 2019)² se dá de maneira muito mais (in)tensa e volátil. Paradoxalmente, o contínuo e gradativo movimento de ocupação de novos espaços por outros atores e plataformas de veiculação fez com que a unidirecionalidade das mensagens, produzidas pela repetição, velocidade e viralização, fossem potencializadas de tal forma que acabaram por gerar, ao mesmo tempo, a abertura e o fechamento destes mesmos espaços.

Delineamos um cenário que parece ser apenas a ponta do *iceberg* de um processo de desconfiança e perda de credibilidade das instituições, nos colocando para além do julgamento sobre a veracidade dos fatos. Conforme atestam Bruno e Roque (2019), uma notícia, discurso ou informação, para gerar (des)confiança, não precisa necessariamente ser verdadeira ou falsa: ela depende do engajamento dos usuários que as consomem e partilham, dentro de seus grupos específicos. O diferente agora é que estes grupos se colocam cada vez mais múltiplos e compactos. A credibilidade que

² Ciro Marcondes Filho (2019, p.19) define as “atmosferas mediáticas” como um campo de batalha “abstrato”, “invisível”, atmosferas fabricadas periodicamente que passam a ser “investidas de carga política e ideológica, tornando-se território imaterial de confrontações de ideias e valores de toda natureza. Elas são articuladas a partir de manifestações públicas (esfera pública liberal, socialista, fascista) e têm como alvo a interferência no comportamento político das assim chamadas ‘massas’.”

aferimos àquilo que nos chega como informação “verdadeira” e credível depende muito mais da relação de confiança e proximidade que mantenho com meu grupo do que de uma suposta legitimidade atestada àquele que fala, enquanto especialista e/ou autoridade produtor do discurso.

Retomamos novamente o argumento de Wardle e Derakhshan (2017) para reforçar que uma informação, portanto, pode ser “verdadeira” e mesmo assim ser compartilhada por determinado grupo na intenção de causar danos deliberados a outrem. Uma “má” informação não é considerada falsa, mas pode ser deturpada, enviesada e falsificada, de acordo com o contexto, as motivações e as necessidades de quem a (re)produz e consome. As linhas entre a “dis”, a “mis” e a “mal” information são tênues e se interpenetram a todo momento. Isso nos permite afirmar que a credibilidade/confiança que depositamos naquilo que consumimos/compartilhamos está relacionada não apenas à lógica do enunciado, mas principalmente na “hegemonia da enunciação” (Sodré e Paiva, 2011), nos constantes embates travados pelos atores e instituições para legitimar o reconhecimento e a autoridade de seus discursos.

O que nos interessa é pensar as estratégias que circundam este fazer (des)informativo, sustentadas de maneira muito evidente pela participação e envolvimento dos emissores-receptores em “contextos de proximidade” (Correia; Jerônimo; Gradim 2019): aqueles que dialogam com práticas e experiências sensíveis comuns, que confirmam e reforçam crenças/opiniões já estabelecidas entre seus membros e que, com isso, inserem a comunidade nas chamadas “bolhas” de informação. Dificilmente intransponíveis, estes ambientes são os espaços ideais para a formação de atitudes que, de acordo com Correia, Jerônimo e Gradim (2019, p. 633), são orientadas a partir de efeitos de ativação (“que transforma as tendências latentes em tendências efetivas”), de reforço (“que preserva as decisões tomadas, evitando mudanças de atitude”) e de conversão, atingindo indiretamente até mesmo os membros mais “indecisos” de determinada comunidade.

Os discursos produzidos nestes e para estes ambientes, além de direcionar conteúdos que incitam e facilitam a participação do público, são utilizados como ferramentas de propaganda que potencializam agendas específicas e a mobilização ideológica, circunscritas geralmente na base de idealizações e emoções enraizadas por seus membros. Atuam assim como uma espécie de “populismo anacrônico”, já que “se manifestam em atitude de apoio a uma causa e não na busca de informação” (Correia; Jerônimo; Gradim 2019, p. 633).

Estas são características de um novo “ecossistema mediático” desinformativo presente nas políticas revisionistas/populistas e que em tese se baseiam sob algumas premissas fundamentais: a) são mensagens produzidas a partir de agendas personalizadas; b) que simulam um “interesse humano caloroso” entre seus próximos; c) que produzem um conteúdo essencialmente anti-intelectual e anti-establishment; d) que defendem um regresso a valores, ideais e crenças básicas tidas como negligenciadas pela sociedade; e) que praticam a “diabolização” de seus opositores,

dizendo aquilo que seu público gostaria, mas não pode/não ousa/não teve a oportunidade de dizer; f) e que surgem e se fortalecem justamente por estarem situadas nos ambientes digitais que lhes garantem o já referido contexto de proximidade (Correia, 2019).

Frente a este cenário, não nos basta mais contrapor simplesmente a verdade à mentira, o fato do *fake*, como se estivéssemos limitados a uma pretensa objetividade da realidade dos fatos, próprio ao campo discursivo da atividade jornalística. Este é um fenômeno que parte do jornalismo, - afinal estamos falando de *fake “news”*, de “notícias” falsas travestidas de jornalismo – mas que se refere sobretudo a uma reconfiguração de disputas narrativas, de estratégias políticas em torno de um espaço mais amplo e complexo. As narrativas “falsas” produzidas por estes novos atores em cena não são o oposto do jornalismo. Pelo contrário, são um outro tipo de narrativa que pretende colocar em xeque a legitimidade e a credibilidade de instituições reconhecidamente hegemônicas, como é o caso do próprio jornalismo.

É preciso que possamos desnaturalizar as “news” deste fenômeno para perceber justamente que não nos situamos mais no âmbito das “notícias”: as linhas entre a informação e o entretenimento, entre o jornalismo e a propaganda se dissipam aqui. E, neste sentido, tratar o fenômeno como algo que poderia ser simplesmente combatido pelo jornalismo - já que caberia a ele construir relatos mais “verdadeiros”, “objetivos”, “factuais” e fidedignos da realidade - nos parece ser um grande problema. Isso porque é o próprio jornalismo quem se utiliza deste cenário para fortalecer sua imagem, na tentativa de preservar valores e discursos postos em questionamento, o que acaba por negligenciar e obscurecer o cerne de todas as questões de ordem epistemológica e política discutidas até aqui (Gomes e Dourado, 2019; Miguel, 2019; Moretzsohn, 2019).³

Como uma estratégia de embate político, a lógica desinformacional em curso não pode ser separada da discussão sobre a autoridade/credibilidade dos discursos colocados em disputa nas arenas de legitimação simbólica. Há cada vez mais atores e instituições reivindicando para si a “verdade” de suas narrativas. Estas, por sua vez, não se limitam à apreensão de uma realidade pretensamente factual, mas em (a)firmar posições que possam envolver afetivamente seus públicos, com base na confiança depositada nas próprias instituições que as proferem. Não há com isso o fechamento dos espaços discursivos, mas um paradoxal alargamento de espaços fechados, onde cada um produz, consome e compartilha as verdades que melhor lhe convém.

Diante disso, podemos pensar ainda o fenômeno das *fake news* como uma reapropriação destes próprios espaços, que os colonizam e ressignificam a partir de

³ Para nos atermos a um breve exemplo, basta perceber como um dos mais reconhecidos representantes da instituição jornalística no Brasil, a *Folha de S. Paulo*, tem se posicionado neste cenário. Seu mais recente “Projeto Editorial”, atualizado em 2019, parte da seguinte premissa: “Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância” (Folha, 2019). Por sua vez, Otavio Frias Filho, então diretor de redação da empresa, afirmou em artigo publicado na “Revista USP”, meses antes de sua morte, em 2018, que seria primordial ao jornalismo profissional, agora mais do que nunca, continuar adotando seus “rigorosos critérios” de produção noticiosa, para que com isso pudesse manter-se como “o farol a iluminar as fronteiras, sempre diluídas, entre o falso e o verdadeiro” (Frias Filho, 2018, p. 44).

suas próprias normas e premissas. É o que atestam Roxo e Melo (2018), ao caracterizar o “hiperjornalismo” como uma prática híbrida marcada pelo atravessamento do jornalismo com outros gêneros discursivos que em tese estariam desvinculados de seu suposto compromisso com a verdade e a objetividade: caso do entretenimento, das narrativas produzidas em sites de redes sociais e plataformas digitais, que vão além dos textos propriamente noticiosos.

Como uma subforma jornalística, as *fake news* do “hiperjornalismo” não representariam necessariamente um ataque externo à instituição, mas a complexificação de um cenário onde novos agentes, formatos e linguagens entrariam em cena para disputar a autoridade e a hegemonia dos seus discursos. Neste jogo da (des)informação, conforme vimos, não basta apenas afirmar que aquilo que digo é de fato verdadeiro, mas ser atestado como tal a partir de um vínculo comum entre iguais. Para tanto, paradoxalmente, estas novas narrativas precisam sempre emular formatos e discursos já estabelecidos para se aproximar de seu público, conquistando autonomia justamente nas brechas em que esta aparente perda de legitimidade se constitui.

As *fake news*, a “má” informação e as informações “erradas” não são jornalismo, não são História, não são ciência, mas produzem um tipo de narrativa particular que precisa se apropriar destes discursos na mesma medida em que os pretendem combater e refutar. Não estamos tratando, - vale reforçar mais uma vez, - de um mero antagonismo entre “fato” e “*fake*”, entre verdade e mentira, entre realidade e ficção, mas de um embate discursivo pela legitimação de poder, de autoridade e de busca por reconhecimento que transcendem estas relações aparentemente dicotômicas. Vamos agora, para elucidar nossas reflexões, discutir um caso particular, na tentativa de situar algumas possibilidades interpretativas dentro dos contornos já delineados.

BRASIL PARALELO, REVISIONISMO HISTÓRICO E A “VERDADE” COMO ENGAJAMENTO

A noção ampliada sobre o fenômeno das *fake news* proposta por este trabalho nos tem sido fundamental para problematizar um olhar, ainda indiciário, àquilo que definimos como narrativas “historiográfico-midiáticas”. Estas narrativas, de formato e de linguagem diversos, se caracterizam por serem produções desenvolvidas por atores situados à margem de instituições já estabelecidas, como a grande mídia e as narrativas historiográficas tradicionais, mas que ao mesmo tempo se utilizam delas como uma forma de reapropriação discursiva. São *historiográficas e midiáticas*, pois se confluem e confundem com estas narrativas, na tentativa aparentemente paradoxal de se legitimar a partir delas, concomitantemente as negando e combatendo.

Além disso, nossa preocupação tem sido a de discutir narrativas de teor deliberadamente revisionistas, aquelas que em tese refutam versões e discursos tidos como hegemônicos, se configurando a partir de contornos típicos da chamada era da “pós-verdade”, e que se baseiam sobretudo em um teor muito mais subjetivo/afetivo

do que numa realidade baseada na suposta objetividade dos fatos (Dunker, 2017; Kakutani, 2018). Ainda que o escopo deste artigo não nos permita um debate mais profundo sobre o revisionismo histórico em suas origens, nos cabe de início pontuar que a ideia de “revisionismo”, como hoje está comumente circunscrita no debate público, não é por si só considerada uma prática condenável na historiografia. Pelo contrário, é parte inerente ao ofício do historiador que busca sempre levantar novas hipóteses e/ou explorar novos documentos e abordagens (Melo, 2006; Traverso, 2012).

Já nos lembrou Enzo Traverso (2012) que há diversos “modos de usar” o passado e que por isso – citando Gramsci na epígrafe de seu livro – “a história é sempre contemporânea, ou seja, política”. Deste modo, o próprio revisionismo precisa ser encarado como um conceito “camaleão” que se prestou a diferentes significados, até mesmo contraditórios, suscitando uma série de mal-entendidos por suas utilizações políticas no decorrer do século XX. Daí a importância em diferenciar a ideia de uma revisão historiográfica “crítica”, legítima e necessária à toda escrita da história, de práticas “apologéticas”, passíveis a interpretações ideologicamente enviesadas, instrumentalizadas politicamente para atingir determinados fins, na tentativa de ressignificar o passado em um presente particular (Traverso, 2012; Melo, 2013).⁴

O que vale reforçar aqui é que estas tendências “apologéticas” de revisionismo histórico comumente acabam por ultrapassar as fronteiras da historiografia tradicional, tida como científica, para alcançar um campo mais vasto do universo público. Elas questionam, para além de uma interpretação dominante do/sobre o passado, uma “consciência histórica partilhada” capaz de despertar responsabilidades coletivas e outras maneiras de ver, ser e estar no mundo que possam reconfigurar indivíduos e(m) sociedade. Por isso mesmo é que precisamos estar atentos às diferentes formas de revisionismo: “algumas são fecundas, outras discutíveis, outras, enfim, profundamente nefastas” (Traverso, 2012, p. 161).

Apesar destas considerações, o autor finaliza seu livro enfatizando que, por ser tão incorporada na linguagem corrente, a noção de revisionismo se mostra, contudo, muito problemática, propondo “que não seja utilizada, a não ser para designar uma controvérsia datada” (Traverso, 2012, p. 164). Preferimos, no entanto, insistir em nossa (in)transigência conceitual, assim como fizemos com a noção de *fake news*. Não vamos parar de falar sobre “revisionismo”, ainda que cientes das (de)limitações propostas pelo historiador a quem recorremos.

⁴ Esta crítica a uma “tendência apologética” nos debates sobre o revisionismo histórico foi uma resposta de Habermas (1989) a certa “normalização” que estava se fazendo sobre o Nazismo e o Holocausto na sociedade alemã da época, em virtude das comemorações dos 40 anos do fim da Segunda Guerra Mundial. Na tentativa de suavizar a culpa carregada pelos alemães e, ao mesmo tempo, exorcizar experiências histórico-revolucionárias tidas como “superadas”, uma série de historiadores, protagonizados por Ernst Nolte, passaram a equiparar o Nazismo ao Comunismo, vistos então como regimes totalitários similares a serem extirpados do horizonte liberal democrático que “triunfava” e se descortinava naquele momento. Atualmente estes discursos de caráter “apologético” têm sido constantemente reapropriados pelos governos populistas e/ou autoritários de extrema-direita ao redor do globo, caso evidente das políticas revisionistas de Bolsonaro e seus seguidores, conforme veremos. Uma análise detalhada sobre a retórica “bolsonarista” em curso pode ser conferida em Rocha (2021).

Partilhamos também da concepção proposta por Mateus Pereira (2015) de que as narrativas revisionistas não necessariamente negam os fatos – como veremos no caso de *Brasil Paralelo*, por exemplo – mas os instrumentalizam para justificar suas ações políticas no presente, construindo assim versões alternativas e, por que não, “paralelas” do passado. Versões que passaram a ganhar reconhecida visibilidade, acredita o autor, a partir da proliferação de narrativas mediadas simbolicamente pelas novas tecnologias de comunicação. Ao comentar sobre a emergente onda revisionista que parecia ganhar força no país no contexto da produção de seu trabalho, Pereira (2015, p. 880) partia da seguinte hipótese, da qual compactuamos: “os atores de tais inscrições fazem parte ou se identificam com uma complexa “comunidade de memória em rede”, que precisa ser melhor investigada.

Levando em conta este universo comum que se constitui sob os mais variados formatos e linguagens, devemos considerar, ainda, que as narrativas revisionistas devem ser problematizadas, - de acordo com o já citado trabalho de Melo (2013), baseado na leitura do historiador Josep Fontana (1998) – a partir das mais variadas “economias políticas” que são próprias às suas condições de produção, uma vez que obviamente elas nunca se dão de forma desinteressada. Particularmente, no entanto, preferimos trabalhar com a noção de “economia política da veracidade histórica”, proposta pela historiadora Morris-Suzuki (2005), leitura que nos possibilita alocar as narrativas “historiográfico-midiáticas” sob um outro patamar. De acordo com sua perspectiva, devemos estar sempre atentos à multiplicidade de narrativas que configuram nossas percepções e consciências sobre determinado passado no presente. Diferentes narrativas possuem diferentes implicações e intencionalidades. Não devemos tratá-las como iguais, mas a partir de seus variados formatos, linguagens, regimes de verdade e responsabilidade.⁵ Problematizar, assim, a “cadeia de relacionamentos” que se dá entre os processos de produção de sentido destas verdades, os agentes e instituições que as produzem e os públicos que as consomem (Morris-Suzuki, 2005).

Podemos com isso partir da premissa de que estamos tratando de narrativas “históricas” em um sentido amplo e multifacetado. Não são apenas historiadores de profissão que as produzem. Daí a importância de ressaltar que neste artigo nos preocupamos em problematizar algo que vai além das narrativas em si, na tentativa de compreender, partindo de um caso pontual e bem específico, de que forma – como e a quem - vêm se constituindo este cenário (des)informativo contemporâneo. Cenário que, conforme já enfatizamos, não se diz monopólio de uma simples categoria ou campo de saber específico, mas é atravessado por múltiplos discursos e instituições. Pensar, portanto, de que forma se evidenciam as formas de uso público/político do passado, encarados “em seu caráter performático: é mais um lance entre jogadores que atuam nestes embates” (Bauer e Nicolazzi, 2016).

⁵ Talvez por isso é que o historiador Vidal-Naquet tenha estabelecido para si uma regra própria: sempre discutir sobre os revisionistas e suas possíveis intencionalidades, mas jamais entrar em um debate com eles: “Seria possível um astrofísico dialogar com um “pesquisador” que afirma ser a Lua feita de queijo Roquefort?” (Vidal-Naquet, 1988, p. 11).

Feito o delineamento deste breve arcabouço, um caso específico nos soa bastante paradigmático para problematizar a emergência do ambiente revisionista em curso: as narrativas produzidas por *Brasil Paralelo*, uma produtora de conteúdo que nos últimos anos vêm produzindo uma série de documentários, cursos online, ebooks e materiais audiovisuais diversos, com o intuito de, segundo eles próprios, “revisitar a história brasileira” e, com isso, “resgatar aquilo que a população brasileira não pôde herdar, mas que tem a profunda certeza de que merece saber: a verdade.” (Brasil Paralelo, 2019b).

Esta citação foi retirada de um “Direito de resposta” conquistado por *Brasil Paralelo* contra as organizações *Globo*, quando a empresa processou judicialmente o jornal carioca devido a uma matéria produzida, com “afirmações inverídicas”, sobre o lançamento de um de seus documentários. Meses após este embate, em maio de 2020, a produtora enviou um e-mail aos assinantes de seu *newsletter*, intitulado “Menos Rede Globo, mais Brasil Paralelo”, onde comentava reportagem envolvendo o médico Dráuzio Varela e a travesti Suzy, reproduzida à ocasião no programa “Fantástico”. De acordo com o texto, a emissora teria representado a personagem, acusada por estupro e assassinato de um menor, como vítima do sistema prisional brasileiro, principalmente devido à sua “opção sexual”. Para além da polêmica envolta no caso,⁶ nos cabe aqui perceber o teor das críticas/estratégias construídas pela produtora, que se colocavam sob os seguintes termos:

Você já se perguntou sobre qual a influência da Rede Globo na construção do imaginário popular brasileiro? Será que as ideias, valores e sentimentos que eles passam são as que realmente precisamos? [...] Que opinião eles buscaram formar com a reportagem? Esse não é o primeiro, muito menos o segundo ato de desinformação da emissora. [...] A grande questão disso tudo é: o que podemos fazer para acabar com essa onda de manipulação? Da nossa parte, seguimos comprometidos em despertar a população por meio dos nossos documentários gratuitos. [...] Dependemos exclusivamente dos nossos Membros Assinantes e para continuarmos, nós realmente precisamos de você. Por isso, estamos lançando uma campanha exclusiva para quem quer apoiar a *Brasil Paralelo*. “Menos rede Globo, mais Brasil Paralelo”. Essa promoção é para termos você novamente ao nosso lado. Sabemos que você acredita no nosso trabalho e torce pelo crescimento e continuidade do projeto.⁷

A narrativa construída por *Brasil Paralelo* nos remete diretamente às características típicas do ambiente (des)informacional em curso, onde novos atores - no alargamento de seus espaços fechados, explorados por uma partilha afetiva comum - entram em cena para disputar a legitimidade e o reconhecimento de suas “verdades”. Neste caso, há uma evidente preocupação em refutar o discurso de seus opositores, uma vez que

⁶ Sobre a matéria e as repercussões do caso, consultar: shorturl.at/dvxW1 Acesso em: 24 fev. 2021.

⁷ Menos Rede Globo, mais Brasil Paralelo. Newsletter Brasil Paralelo. 7 maio 2020. Recebido pelo autor por e-mail.

seriam eles os responsáveis diretos pela desinformação, pela manipulação e pela produção de propaganda ideológica enviesada.

É o que fez a produtora, por exemplo, na ocasião do lançamento de “1964: O Brasil entre Armas e Livros”, considerado por eles próprios como o “maior documentário já feito sobre o período” da ditadura militar brasileira e que tinha como intuito revelar tudo o que até então tinha sido manipulado/deturpado/encoberto pela mídia e a historiografia tradicional brasileira (Dias, 2019). O documentário em questão parte da premissa de que o golpe de 1964 fora na verdade um “contragolpe” executado para impedir a marcha inelutável de um golpe comunista em curso naquele momento, uma típica tese revisionista empiricamente frágil e insustentável (Melo, 2014).

Sem nos atermos à profundidade deste debate historiográfico⁸, – mas sim em seu teor discursivo –, nos basta pontuar que a tese proferida por *Brasil Paralelo* se baseia no livro “1964 – O elo perdido: o Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista”, lançado em 2017 por Mauro Abranches Kraenski e Vladimir Petrílak e que revela a existência de membros do então serviço de inteligência da Tchecoslováquia (StB) em trabalhos de vigilância no Brasil, o que por si só comprovariam a inevitabilidade de um golpe. O que importa é destacarmos que o prefácio deste livro, reproduzido literal e exaustivamente em materiais de divulgação da produtora, foi escrito por Olavo de Carvalho, considerado uma espécie de “guru” da nova direita emergente no país, da qual *Brasil Paralelo* tem se mostrado um de seus grandes expoentes (Dias, 2019). De acordo com Carvalho (2017), a obra sob a qual se sustenta a narrativa de *Brasil Paralelo* era a “prova cabal e definitiva” do “engodo” produzido pelo “beautiful people jornalístico e universitário”: “Este livro, sozinho, vale mais do que toda a bibliografia consagrada sobre os acontecimentos de 1964.”

Os ataques da produtora à hegemonia/legitimidade da historiografia e da imprensa tradicional são constantes em seus discursos. Em outra ocasião, *Brasil Paralelo* chegou a organizar uma “live resposta” a matéria produzida pela *Folha de S. Paulo*, que a retratou como sendo a “nova trincheira do bolsonarismo contra a esquerda” (Zanini, 2020).⁹ Esta parece ser uma definição que incomoda a empresa e seus apoiadores. Exemplo disso é a batalha discursiva envolta na definição de seu verbete na página da *Wikipedia*, que atualmente a caracteriza como uma empresa alinhada à “nova direita” política, transmissora de “notícias falsas”, produtora de conteúdo “anti-intelectualista” e que têm distorcido fatos como os da ditadura militar, ao disseminar

⁸ Reflexões detalhadas sobre os embates historiográficos/revisionistas da ditadura militar brasileira podem ser consultadas em Melo (2013; 2014) e Sena Júnior (2017).

⁹ Na *live* em questão é possível perceber como estes ataques são proferidos, inclusive, por seus apoiadores, pelo tom presente nos comentários: “O jornalismo brasileiro está falido. Não passam de militância política, claro, com raríssimas exceções.”; “Continuem o trabalho de vocês, a mídia é um lixo”; “A foice de São Paulo não tem credibilidade”; “Como ainda tem gente que acredita na Folha? Só desinformação!! Saudades da época que jornal só noticiava fatos.... Deplorável!”; “O dito “jornalismo” aqui no Brasil... representado por Folha, Estadão, Globo e demais vermelhões... não passa de fofoca, fuxico e demonstração de incompetência.... simplesmente vergonhoso!” (Brasil Paralelo, 2020a).

“teorias conspiratórias e negacionistas promovidas por Olavo de Carvalho, Jair Bolsonaro e Ernesto Araújo.”¹⁰

Por ter sofrido diversas modificações e ter virado palco de uma “guerra de edições” nos últimos meses (Sayuri, 2020), o verbete de *Brasil Paralelo* passou a ser protegido pelos próprios administradores da *Wikipedia*, um mecanismo de restrições e controle utilizado como “medida extrema” em casos onde a discussão parece não surtir mais efeito (Wikipédia, 2021). Diante disso, a produtora entrou com (mais) uma representação judicial na tentativa de reescrever seu perfil na página. Na sessão de discussão do verbete é possível acessar o “pedido de alteração” produzido pela assessoria jurídica da empresa, alegando ser “absolutamente descabido” afirmar que *Brasil Paralelo* produza e/ou veicule qualquer tipo de *fake news*. O texto ainda enfatiza que “chega a ser risível” relacionar suas narrativas a conteúdos “negacionistas” capazes de distorcer fatos históricos, definindo-se a partir de categorias que nos parecem fundamentais àquilo que, aqui neste texto, procuramos identificar:

o acervo de produções da *Brasil Paralelo* é informativo e jornalístico, realizado a partir de uma análise historiográfica, que tem embasamento em documentos e outras matérias jornalísticas. [...] De novo: tais alegações não são verídicas, sendo a *Brasil Paralelo* uma empresa absolutamente independente, apartidária, despida de viés ideológico, e que produz conteúdos de cunho informativo, jornalístico e historiográfico apenas.¹¹

Interessante perceber que *Brasil Paralelo* procura se caracterizar como produtor de narrativas jornalísticas e historiográficas, ao mesmo tempo em que se vende como uma alternativa “paralela” a estes discursos e atores. Enquanto produtora de um tipo específico de narrativas “historiográfico-midiáticas” a empresa se constitui, portanto, a partir de um claro paradoxo: se apropriando do estatuto de verdade que pretende combater, *Brasil Paralelo* refuta narrativas tidas como hegemônicas, tradicionais e estabelecidas, na tentativa de, a partir delas, atestar sua própria legitimidade. Ainda que suas narrativas contenham elementos de forte viés ideológico, com posicionamentos políticos claros, a empresa se coloca em contraposição àquilo que produz, emulando em seus discursos autorreferenciais um *ethos* típico do jornalismo e da historiografia, baseado sobretudo nos ideais da “isenção”, da “imparcialidade” e da “objetividade”. Ao constantemente se (a)firmarem como “não ideológicos”, situando-se justamente no espectro oposto de seus opositores, *Brasil Paralelo* acaba assim por descortinar sua própria ideologia, revelando o paradoxo constituinte de todo discurso ideológico (Žizek, 1992).

No tocante aos aspectos ideológicos de *Brasil Paralelo*, um breve parêntese se torna necessário para pontuar que a “empresa” – denominação que pode ser vista inclusive como uma estratégia para diluir suas intencionalidades políticas – tem sido

¹⁰ Brasil Paralelo. Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil_Paralelo Acesso em: 23 fevereiro 2021.

¹¹ FMDONADEL. Discussão: Brasil Paralelo. Pedido de Alteração das Informações da Brasil Paralelo. Wikipédia, a enciclopédia livre. Grifo nosso. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Discussão:Brasil_Paralelo Acesso em: 24 fevereiro 2021.

caracterizada em análises recentes como um agente fundamental na chamada “guerra cultural” bolsonarista em curso no Brasil (Rocha, 2021). De acordo com essa perspectiva, o “bolsonarismo” pode ser pensado como um fenômeno de mentalidade conspiratória - baseado sobretudo no “sistema de crenças” de Olavo de Carvalho e sua “retórica do ódio” de caráter negacionista/revisionista - que se utiliza de forma bastante otimizada das tecnologias digitais e(m) seu ambiente (des)informativo. Baseado sobretudo na proximidade afetiva entre comuns, seu discurso mira sempre um “outro” enquanto inimigo a ser combativo - a “esquerda”, o “comunismo”, a “mídia”, a “universidade”, etc -, com o intuito assim de deslegitimar as mediações institucionais historicamente reconhecidas, exemplo máximo da própria política.¹²

E é por isso que as críticas, as revisões e os embates assumidos por *Brasil Paralelo* não se limitam exclusivamente ao jornalismo profissional e/ou à historiografia tradicional, como no caso do documentário citado sobre a ditadura militar. Ao longo dos últimos meses de 2020, a produtora lançou outras obras que, por exemplo, contestaram diretamente a legitimidade das políticas educacionais e da universidade pública brasileira (“Trilogia – Pátria Educadora”); que questionaram as políticas sanitárias, a ciência, e o combate à pandemia do novo coronavírus (“7 Denúncias: as consequências do caso COVID-19”); e que se posicionaram contra o suposto monopólio ideológico produzido pelos detentores da informação no país (“Os Donos da Verdade”).¹³

“Os Donos da verdade” é, inclusive, o documentário que mais se encaixa nas características do novo ecossistema da desordem informativa discutidas ao longo deste artigo, se configurando como um claro exemplo das estratégias de (des)legitimação exploradas por *Brasil Paralelo*. Não vamos nos ater a este caso em particular, devido às dimensões de nosso trabalho. Mas, a título de exemplificação, vale citar o trecho de um e-mail, enviado por seu newsletter, durante a semana de lançamento do filme:

Andé, você sabe como identificar os perfis que produzem *fake news*? A ampla liberdade de expressão não foi uma constante em nossa sociedade. Em um ambiente tomado totalmente pela mídia tradicional, a internet surgiu como uma ferramenta com a qual as pessoas - principalmente aqueles com ideias contrárias - puderam se expressar. Hoje, o uso das estruturas já dominadas são usadas para perseguir quem não está de acordo com as opiniões do establishment midiático. Os mesmos que condenam a disseminação de *fake news* são, muitas vezes, os que as propagam. [...] O jornalismo brasileiro realmente tem competência para determinar quais são as informações que podem chegar até nós? Será que estamos diante do fim da liberdade de expressão na Internet?

Falta pouco para colocar esse assunto em evidência. No dia 17 de agosto estreia o nosso novo documentário: Os Donos da Verdade.

¹² Neste sentido, compactuamos também com a definição proposta pela historiadora Sônia Meneses (2020) que compreende o fenômeno do “bolsonarismo” como um “conjunto de práticas político-midiáticas de extrema direita” que se legitimou justamente no contexto de fragmentação e desqualificação dos mediadores institucionais, elevando assim o fenômeno da desordem desinformativa a um outro patamar.

¹³ Para mais sobre os conteúdos da produtora, acessar: <https://site.brasilparalelo.com.br/series/>

Não deixe que um tema tão importante acabe antes de começar. Aperte aqui ou no botão abaixo e divulgue o documentário em todos os seus grupos de Whatsapp. Também é muito importante que você entre para o nosso grupo de Telegram e convide seus amigos para participarem também. Chegou a hora de fortalecermos todos os canais de comunicação da *Brasil Paralelo*.¹⁴

Para além de se colocar num espectro oposto à hegemonia dos “donos da verdade”, esta narrativa nos parece interessante porque se configura a partir de elementos do chamado “populismo anacrônico” delineado acima, manifestando-se a partir de estratégias de propaganda política na busca de uma causa e/ou agenda comum. Ao mesmo tempo em que se posiciona como uma espécie de vítima censurada, revelando complôs ocultos pela manipulação de seus opositores, *Brasil Paralelo* procura se legitimar também com a exploração dos espaços digitais e seus “contextos de proximidade” (Correia, 2019). A todo momento suas produções são entrecortadas por campanhas com pedidos de assinatura/financiamento do público, mostrando que seus membros, enquanto uma comunidade padrão, seriam os únicos responsáveis por sustentar e conduzir tamanha empreitada.

Na abertura de um de seus mais importantes empreendimentos, a empresa chegou a proclamar de forma enfática: “A busca pela verdade depende do seu engajamento” (Brasil Paralelo, 2019a), relacionando diretamente a “verdade” de suas produções ao engajamento e à participação coletiva de seus membros e seguidores. Como se não bastasse, produziu recentemente um tipo de manifesto político-publicitário denominado “Um apelo aos patriotas” que procurava evidenciar o “grande desafio” da empresa em vencer uma batalha contra o “establishment midiático” que, de acordo com eles, seguia manipulando a opinião pública deliberadamente. Para finalizar, fiquemos com um trecho do manifesto, na tentativa de reforçar a forma como *Brasil Paralelo* pretende se colocar neste embate:

Você gastaria o seu dinheiro para financiar um filme que transforma o Lula em herói? Querendo ou não, você pagou pela produção do filme! Esse filme existe e foi produzido com dinheiro público. E não foi pouco. [...] Não é justo que eu e você tenhamos que financiar essa propaganda ideológica. E é por ser contra esse sistema perverso que nós nunca aceitamos e nem aceitaremos nenhum dinheiro público. [...] Nós sobrevivemos e chegamos até aqui pois existem pessoas como você que não esperam o governo resolver todos os nossos problemas. A *Brasil Paralelo* é 100% financiada por seus membros assinantes. [...]

Se você é patriota, tem amor e compromisso com o seu país, saiba que com apenas 10 reais/mês você financia a existência da *Brasil Paralelo*. A continuidade do nosso trabalho depende de você. [...] Enquanto um lado toma 8, 11 ou 17 milhões de reais da população para produzir filmes que enaltecem criminosos e ditadores, nós precisamos de apenas 20 mil assinantes para continuar gerando o impacto na educação que o Brasil tanto precisa. [...] É um verdadeiro ponto de inflexão na trajetória da nossa História. [...] São esses membros que estão mudando a história do nosso país.

¹⁴ O fim da internet. Newsletter Brasil Paralelo. 14 agosto 2020. Recebido pelo autor por e-mail.

São esses os patriotas que a nossa cultura e educação tanto precisam. Sabemos que você não quer mais assistir o Brasil pegar fogo e ficar sem fazer nada. Por isso, chegou a hora de virar um membro patriota. (Brasil Paralelo, 2020b).

Este “apelo” produzido pela empresa deixa mais do que evidente que não estamos tratando aqui apenas do fenômeno das *fake news*. O que faz *Brasil Paralelo* é explorar os espaços de uma partilha afetiva comum, que faça da “verdade” uma causa, capaz de engajar e angariar fundos para além daquilo que ela possa produzir e/ou revelar factualmente. Costura-se a partir deste cenário um claro projeto de empreendimento político, traçado por estratégias de propaganda muito bem delimitadas. São discursos e posicionamentos que procuram se legitimar a partir de um outro tipo de narrativa midiática, de um outro tipo de história, que complexificam o ambiente (des)informativo e o colocam sob outros patamares. Ir “além” das *fake news*, neste sentido, é estar ciente dos complexos contornos que englobam o fenômeno, nos seus mais diversos espaços, formatos e linguagens. Esperamos com isso ter conseguido ao menos delinear um cenário, identificando atores que nos parecem bastante comprometidos em circunscrever e engajar-se na “verdade” de seus discursos.

BREVES CONSIDERAÇÕES (FINAIS) SOBRE UM HORIZONTE DE PESQUISA

O que propomos neste trabalho, a partir de uma reflexão pontual, foi ampliar as discussões sobre os processos e fenômenos comunicacionais e históricos da chamada era da “pós-verdade”. Ao problematizar a proliferação de novos agentes, formatos e linguagens no ecossistema (des)informativo contemporâneo (Wardle; Derakhshan, 2017), procuramos evidenciar como aquilo que se pretende legitimar como a “verdade” dos acontecimentos está cada vez mais condicionado a “contextos de proximidade” (Correia, Jerônimo e Gradim 2019) e às lógicas de enunciação discursiva potencializadas pelos ambientes digitais e(m) suas estratégias de embate político.

O caso de *Brasil Paralelo*, conforme pudemos observar, nos pareceu importante para definir um cenário que não se limita apenas às “notícias falsas”, mas que diz respeito a um problema de ordem social, política e até mesmo epistemológica, pois circunscrito pela partilha de um comum, na crença e/ou (des)confiança depositada por aqueles que produzem, consomem e partilham discursos em espaços cada vez mais plurais e, paradoxalmente, fechados. Entramos, com isso, no âmbito da propaganda política e da mobilização ideológica, capaz de incitar causas e agendas específicas e reconfigurar a centralidade de atores até então tidos como hegemonicamente estabelecidos.

É preciso que saibamos sair do campo estritamente jornalístico para pensar como estas narrativas, atores e instituições o confrontam, ao mesmo tempo em que procuram, a partir de sua refusa, circunscrever sua própria autoridade e credibilidade. Como afirmamos anteriormente, as linhas entre a “dis”, a “mis” e a “mal” *information* são tênues, até porque as narrativas “historiográfico-midiáticas”, sob os termos aqui explorados, não se limitam simplesmente a elas. Cabe com isso um olhar mais comprometido a estes discursos que possa, para além das notícias, dar conta de

destrinchar suas possíveis intencionalidades. A “verdade” da/na história, constantemente vigiada e em disputa, não tem um “dono”, como nos quer fazer pensar *Brasil Paralelo*, ainda que seja fundamental estarmos sempre atentos àqueles que se empenham nos seus premeditados deslocamentos, distorções e revisões.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah, 2009. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo, 2016. O historiador e o falsário Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835.
- BRASIL PARALELO, 2019a. 1964 - O Brasil entre armas e livros. [Acesso em 23 fevereiro 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3hX6xsb>
- BRASIL PARALELO, 2019b. Direito de Resposta Brasil Paralelo. *O Globo*. 25 junho 2019. [Acesso em 22 fevereiro 2021]. Disponível em: <https://glo.bo/2DppEfK>
- BRASIL PARALELO, 2020a. *Resposta à matéria da Folha*. [Acesso em 23 fevereiro 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2F2PTsi>
- BRASIL PARALELO, 2020b. *Um apelo aos patriotas*. [Acesso em 23 fevereiro 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2Z4fatm>
- BRUNO, Fernanda.; ROQUE, Tatiana, 2019. A ponta de um iceberg de desconfiança. In: Barbosa, Mariana. (org). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro. RJ: Cobogó.
- CAREY, James, 1989. *Communication as Culture: Essays on Media and Society*, London: Routledge.
- CARVALHO, Olavo de, 2017. Prefácio ao livro de Mauro Abranches e Vladimír Petrilák sobre a atuação da KGB no Brasil. Puggina.org. Conservadores e Liberais. [Acesso em 24 fevereiro 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3v9lai8>
- CHARAUDEAU, Patrick, 2006. *Discurso das mídias*. São Paulo, SP: Contexto, 2006.
- CORREIA, João Carlos, 2019. O novo ecossistema mediático e a desinformação como estratégia política dos populismos. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 16, n. 2, p. 23-32
- CORREIA, João Carlos; Jerônimo, Pedro; Gradim, Anabela, 2019. Fake news: emoção, crença e razão na partilha seletiva em contextos de proximidade. *Brazilian Journalism Research*, vol. 15, n. 3, p. 626-651.
- DIAS, André Bonsanto, 2019. Um Brasil (em) Paralelo: as “verdades” da ditadura e sua historicidade mediada como um empreendimento político. *Anais do XII Encontro Nacional de História da Mídia*. UFRN, Natal.
- DUNKER, Christian (et. al), 2017. *Ética e pós-verdade*. São Paulo, SP: Brasiliense.

- FOLHA de S. Paulo, 2019. Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância. 12 março 2019. [Acesso em 22 fevereiro 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2QSoaok>
- FONTANA, Josep, 1988. *História, análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc.
- FRIAS FILHO, Otavio, 2018. O que é falso sobre fake news. *Revista USP*, São Paulo, n. 116, p. 39-44.
- GOMES, Wilson.; DOURADO, Tatiana, 2019. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 16, nº 2, p. 33-45.
- HABERMAS, Jürgen, 1989. Tendências Apologéticas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 25, p.16-27.
- HABGOOD-COOTE, Joshua, 2018. Stop talking about fake news! *Inquiry*, 62 (9-10), p.1033-1065.
- HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam, 2002. *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. New York: Pantheon Books.
- KAKUTANI, Michiko, 2018. *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump*. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca.
- KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus; ARAÚJO, Valdei (Orgs.), 2020. *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Vitória: Editora Milfontes.
- MARCONDES FILHO, Ciro, 2019. Fake news: o buraco é muito mais em baixo. In: FIGUEIRA, João; Santos, Sílvio. (org.) *As Fake News e a nova ordem (des)Informativa na era da pós-Verdade*. Coimbra: Coimbra University Press.
- MARCUSE, Herbert, 2015. *O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*. São Paulo, SP: Edipro.
- MELO, Demian, 2006. A miséria da historiografia. *Outubro*, n. 14, 2006. p. 111-130.
- MELO, Demian, 2013. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*, v.1, n.1, p. 49-74.
- MELO, Demian, 2014. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian (org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ: Consequência.
- MENESES, Sônia, 2020. Bolsonarismo: um problema “de verdade” para a história. In: KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus; ARAÚJO, Valdei (Orgs.). *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Vitória: Editora Milfontes.
- MIGUEL, Luis Felipe, 2019. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 16, nº 2, p. 46-58.
- MORETZSOHN, Sylvia, 2019. O joio, o trigo, os filtros e as bolhas: uma discussão sobre fake news, jornalismo, credibilidade e afetos no tempo das redes. *Brazilian Journalism Research*, v. 15, n. 3, p. 574-597.

- MORRIS-SUZUKI, Tessa, 2005. *The past within us: media, memory, history*. London; New York: Verso.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria, 2015. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902.
- RÊGO, Ana Regina; BARBOSA, Marialva, 2020. A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas. Rio de Janeiro: Mauad X.
- ROCHA, João Cezar de Castro, 2021. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Editora e Livraria Caminho.
- ROXO, Marco; MELO, Seane, 2018. Hiperjornalismo: uma visada sobre fake news a partir da autoridade jornalística. *Famecos*, v. 25, n. 3, p. 1-19.
- SAYURI, Juliana, 2020. Brasil Paralelo faz “guerra de edições” e disputa narrativas na Wikipédia. *TAB, Uol*. 09 setembro 2020. [Acesso em 24 fevereiro 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2QnEM3n>
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de (et al.) (org.), 2017. *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência Editora.
- SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel, 2011. Informação e boato na rede. In: SILVA, Gislene (et al.) *Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós.
- TELES, Edson; QUINALHA, Renan (Orgs.), 2020. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária.
- TRAVERSO, Enzo, 2012. *O passado, modos de usar*. História, memória e política. Lisboa: Edições Unipop.
- VIDAL-NAQUET, Pierre, 1988. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas, SP: Papyrus.
- WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein, 2017. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe Report.
- WIKIPÉDIA, 2021. Página protegida. In: *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Foundation. [Acesso em 24 fevereiro 2021]. Disponível em: <http://shorturl.at/afxEH>
- ZANINI, Fábio, 2020. Trilogia sobre educação mostra nova trincheira do bolsonarismo contra a esquerda. Folha de S. Paulo. 5 abril 2020. [Acesso em 24 fevereiro 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2DnVtoK>
- ŽIZEK, Slavoj, 1992. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.